



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A participação da sociedade civil colombiana no conflito entre o
governo da Colômbia e as FARC-EP: uma análise pelo
Construtivismo Social**

Matheus Albuquerque Costa

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Juliano Cortinhas

**Brasília
2019**

Resumo

Os Estudos Para a Paz indicam que, nos processos de *peacebuilding*, há uma crescente importância de se compreender o papel da sociedade civil na gestão e resolução de conflitos internacionais. O caso envolvendo o conflito entre o governo da República da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo, que perdurou por diversos anos, é notório e passou por diversas fases e tentativas de resolução até se consolidar na assinatura do *Acuerdo Final* em novembro de 2016. Uma análise do caso permite compreender que a sociedade civil teve um papel muito ativo e dinâmico nos processos de negociação, exercendo funções importantes dentro do processo de gestão. No entanto, apesar da relevância da sociedade civil no processo negociador, a partir da utilização de aportes construtivistas das Relações Internacionais, percebeu-se que o resultado do processo de negociação esteve mais próximo dos interesses e identidades das delegações do governo e do grupo paramilitar, que pretendiam resolver o conflito pela via política, muitas vezes desconsiderando as opiniões e reais necessidades da sociedade civil colombiana.

Abstract

The Peace Studies field indicates that, in the peacebuilding processes, there is a growing significance in understanding the role of civil society in international conflict management and resolution. The case involving the conflict between the Colombian Republic and the Colombia's Revolutionary Armed Forces – Public's Army, that lasted many years, is noteworthy and has had many phases and attempts of resolution until the consolidation of the signature of the *Acuerdo Final* in November of 2016. An analysis of the case showed that civil society had a very active and dynamic role in the processes of negotiation, pursuing relevant functions in the management process. However, even with the significance of civil society in the negotiation phase, the use of the Constructivist bias in International Relations, shows that the result of the negotiation process was attached to the interests and identities of the government and the paramilitary group delegations, that pretended to resolve the conflict through the political route, not taking into consideration the opinions and real needs of the Colombian civil society.

Palavras chave: Estudos Para a Paz, Sociedade Civil, Colômbia, FARC-EP, Peacebuilding, Gestão de conflitos internacionais

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a República da Colômbia tem lidado com uma série de conflitos internos com grupos paramilitares. Estas entidades eram majoritariamente formadas por setores marginalizados da sociedade colombiana que despontaram para enfrentar o governo e garantir, por meio da luta armada, as reformas necessárias para alavancar avanços em indicadores sociais e econômicos do país.

Durante grande parte do século XX, o governo colombiano esteve engajado em confrontos diretos com entidades o Exército de Libertação Nacional (ELN), Movimento de 19 de Abril (M19) e Exército Popular de Libertação (EPL). Talvez o mais célebre destes grupos tenha sido as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). As FARC-EP, em sua busca por provocar reformas estruturais colombianas, por meio do engajamento de táticas de guerrilha contra forças militares colombianas, realizaram uma série de ações violentas em diversas cidades do país, além de estarem diretamente envolvidas com o narcotráfico.

Desde os anos 1980, o governo colombiano visava negociar um fim dos conflitos com as FARC-EP, porém as tentativas que vieram a partir de então não obtiveram resultados concretos. O conflito só veio a se encerrar oficialmente em 2016, após a assinatura do *Acuerdo Final para La Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*, ou simplesmente *Acuerdo Final*, entre as duas partes.

Dentro desse contexto de violência, uma das esferas que foram mais afetadas diretamente foi a sociedade civil colombiana. Milhares de cidadãos foram mortos após sucessivas incursões militares ou ataques por parte dos grupos paramilitares. Visando encerrar as controvérsias, a sociedade civil organizada participou ativamente, ao longo dos anos, dos diferentes mandatos presidenciais e nos momentos de negociação. Essa participação carece de ser mais bem compreendida para o melhor entendimento deste momento da história colombiana e do novo momento que se projeta para o país no pós-conflito. Sendo assim, a proposta desta pesquisa é identificar os processos envolvendo a participação da sociedade civil organizada na gestão do conflito entre o governo da Colômbia e as FARC-EP, com

um enfoque no período histórico de 2012 a 2016. A hipótese que norteará os rumos desta dissertação e que será testada é: a participação da sociedade civil foi determinante para a assinatura do *Acuerdo Final* e subsequente fim do conflito entre o governo e as FARC-EP.

A pesquisa se desdobrará por quatro seções. Na primeira seção, será apresentada toda a base conceitual que dará o devido direcionamento aos assuntos que virão a seguir. Nela, serão definidos e apresentados os estudos para a paz, o tema da sociedade civil, a mediação, o *peacebuilding* e as noções conceituais sobre conflitos, violência e paz, além de discutir como eles se conectam com o caso aqui apresentado. Na seção seguinte será apresentado um retrospecto histórico do conflito entre o governo colombiano e as FARC-EP, focando nas tentativas anteriores de negociação e como a sociedade civil esteve presente nesses momentos, incluindo a negociação mais recente e que celebrou o *Acuerdo Final*. Já na terceira seção, serão apresentadas as funções que a sociedade civil pode assumir nos processos de gestão de conflitos e, diante destas atividades, identificar quais delas foram exercidas ao longo dos anos pela sociedade colombiana. E, por fim, será apresentada uma análise final, que retoma todos os pontos apresentados anteriormente, e utilizando o construtivismo social como marco teórico das Relações Internacionais, para colocar a hipótese em teste e obter uma resposta quanto à mesma.

2. NOÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE PAZ E SOCIEDADE CIVIL

Os estudos para a paz, como campo científico, surgem na década de 1950. A partir do desenvolvimento desse campo, parte da comunidade científica tem se debruçado não só em definir o que é a paz, mas como ela se desenvolve e se concretiza nas mais diversas situações de conflito. Utilizando de ferramentas científicas advindas de diversas outras ciências, incluindo as Relações Internacionais, há um esforço crescente em estabelecer um arcabouço analítico-conceitual próprio que permita analisar diferentes temáticas com um viés e objetivo específicos. Dentro desta área, há um consenso de que o objetivo não é de eliminar os conflitos ao redor do mundo por completo, visto que isso seria uma tarefa próxima do impossível (LAWLER, 2008, p. 75). O objetivo dos pesquisadores da área é procurar vias mais

eficazes e menos custosas para se estabelecer a paz e reduzir a violência em suas diferentes manifestações.

A partir dos estudos para a paz, uma área mais específica que tem estabelecido um crescente interesse em compreender o papel da sociedade civil dentro dos processos de *peacebuilding* é a gestão de conflitos internacionais. Embora entenda-se que tais processos possuem uma significativa participação das populações locais nos mais diferentes contextos em que os conflitos se configuram ao redor do mundo, há poucas análises que procuram analisar a fundo como a sociedade civil se organiza, atua e, o tema desta pesquisa em específico, como ela atuou dentro do caso colombiano. Esse, então, é o objetivo desta dissertação. No entanto, antes de se debruçar sobre o que já é tido como consenso da participação da sociedade civil em processos de gestão de conflitos, é importante definir e delimitar o que é a sociedade civil de fato, a fim de evitar possíveis equívocos conceituais.

Por vezes, esse conceito é muito abrangente e abre diferentes interpretações. A sociedade civil foi tema de debate por muitos escritores políticos clássicos de diferentes nacionalidades e períodos históricos, de John Locke à Jurgen Habermas. Um conceito antigo derivado de Locke e que foi utilizado por muito tempo é o apresentado por Sandoval (1992, p. 51), que afirma que a sociedade civil é um desenvolvimento da sociedade natural, advinda da condição natural do ser humano, em que o Estado protege e corrige as suas imperfeições visando garantir suas potencialidades. Com o passar dos anos, outras atribuições e considerações foram levadas em conta para delimitar melhor o que se compreende como sociedade civil. A partir disso, Paffenholz e Spark definem a sociedade civil da seguinte forma:

Civil society is the sector of voluntary action within institutional forms that are distinct from those of the state, family and market, keeping in mind that in practice the boundaries between these sectors are often complex and blurred; It consists of a large and diverse set of voluntary organizations, often competing with each other and oriented to specific interests. It comprises non-state actors and associations that are not purely driven by private or economic interests, are autonomously organized, and interact in the public sphere; and civil society is independent from the state, but it is oriented toward and interacts closely with the state and the political sphere (PAFFENHOLZ E SPURK, 2006, p .2-3).

Adicionando ainda mais informações ao conceito de sociedade civil, torna-se importante destacar a pluralidade da sociedade colombiana que buscou, ao longo dos anos, se engajar nas negociações de paz. Erlingsson (2013, p. 28) reflete que essa

parcela da sociedade civil do país é composta por diversos setores, como organizações afro-colombianas, organizações indígenas, sindicatos, organizações religiosas, femininas e de vítimas do conflito. Como exemplo, temos o *Movimiento Nacional de Víctimas de Crimenes de Estado* (Movimento Nacional de Vítimas de Crimes de Estado, ou MOVICE), a Justapaz, diretamente ligada às igrejas e comunidades católicas locais, e a *Organización Nacional Indígena de Colombia* (Organização Nacional Indígena da Colômbia, ou ONIC). Justamente por ser plural, participantes desses extratos civis reconhecem que os limites de participação da sociedade civil são porosos e difusos, ainda mais nos departamentos mais distantes dos grandes centros urbanos e nas zonas rurais (BOUVIER, 2006, P. 6). Nos capítulos seguintes, será elucidado como a sociedade civil atuou em diversos momentos dos conflitos envolvendo o governo e as FARC-EP, assim como as demais guerrilhas presentes no território colombiano.

Com a explicação do que é a sociedade civil, quis os atores que participaram no caso colombiano e como ela será abordada dentro do contexto da análise aqui proposta, é importante apresentar alguns conceitos que serão frequentemente apresentados nesta dissertação e que são de suma importância para a argumentação que será desenvolvida nas próximas seções. Novamente, reforça-se a importância de definir bem os termos utilizados para evitar interpretações falsas e que podem levar a equívocos analíticos. Tais formulações são comuns no discurso e pesquisa envolvendo os estudos para paz, sendo elas a mediação, *peacebuilding*, conflitos, violência e paz. Cada um destes itens terá sua definição posta e apresentada nos parágrafos seguintes.

Os Estados têm à sua disposição uma miríade de estratégias para gerir seus conflitos, tendo a possibilidade de agirem por conta própria ou utilizarem parceiros para tal. No caso colombiano, o mecanismo utilizado foi o da mediação, em que uma delegação do governo, juntamente com uma delegação das FARC-EP, utilizaram a participação de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) para destravar os diálogos já existentes e otimizar o processo de negociação para que a então tentativa de resolução não se perdesse e o conflito pudesse retornar. Este processo será mais bem detalhado em momento futuro desta pesquisa.

A mediação, da forma como foi aplicada no caso colombiano, é considerada como uma forma de *peacebuilding*. Esse termo foi utilizado pela primeira vez em 1992, pelo então secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, que definiu *peacebuilding* como ações para identificar e dar suporte a estruturas que fortalecem e tornam sólidas as ações que tem como objetivo evitar a reincidência de conflitos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992). Com o passar dos anos e com a crescente complexidade dos conflitos distribuídos pelo mundo, o termo foi evoluindo para abarcar novas práticas, mas, em suma, *peacebuilding* envolve um conjunto de práticas que visam identificar as razões pelas quais os agentes políticos entram em conflito e utilizam métodos não violentos para desenvolver as potencialidades de uma sociedade e evitar que ela retorne ao processo de conflito (INTERNATIONAL ALERT, 2019).

Conflitos, em sua definição básica, representam um fenômeno comum nas relações humanas, que é o de discordância, luta, embate, incompatibilidade de valores e interesses (WANI, 2011, P. 105). Eles acontecem em todos os níveis sociais, em diferentes tipos de relacionamento e nas mais diferentes circunstâncias. Embora o conceito de conflitos seja um tanto quanto abrangente, a abordagem de conflitos nas discussões dos estudos pela paz e segurança internacional frequentemente envolve os conflitos armados, que utilizam a violência entre as partes beligerantes para a obtenção de seus objetivos. Aqui também cabe definir o que é violência, outro conceito que possui uma definição muito aberta e com diferentes interpretações. Comumente, associa-se violência ao dano físico que se desfere em algo ou em alguém, porém nem sempre isso se percebe como verdade. De acordo com Galtung (1969, p. 169), “*violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations*”.

Em suma, Galtung (1969, p. 169) apresenta a violência como um momento em que ocorre a discrepância entre a capacidade humana plena e o que realmente ocorre nas relações cotidianas. Dessa forma, a violência não pode ser configurada somente como uma agressão física ou uma guerra entre nações. Ainda se debruçando sobre a temática, Galtung (1969, p. 181) categoriza violência como direta ou como indireta. A violência direta se refere ao contato físico, destruição, guerras, terrorismo,

dentre outros exemplos de fenômenos em que há baixas entre os entes envolvidos. Já a violência indireta faz referência ao dano psicológico provocado a alguém, ou à violência estrutural, caracterizada pela injustiça social, pobreza, racismo, desigualdade econômica e outras circunstâncias sociais provocadas pelas estruturas governamentais de um país que, por inúmeros motivos, são incapazes de garantir políticas públicas que atendam às necessidades básicas de uma população.

Por fim, temos o conceito de paz, que, assim como o de conflito, possui uma definição bastante ampla, cujo significado muda com a abordagem utilizada. Para os fins desta pesquisa, será utilizada a conceituação de Galtung, que categoriza a paz como sendo positiva ou negativa – para os fins do trabalho, torna-se necessário compreender somente a positiva. Para o autor (1969, p. 183), a paz positiva é caracterizada quando tanto a violência indireta quanto a violência estrutural são superadas, e as partes envolvidas em um conflito encerram as controvérsias existentes e podem conviver em harmonia. Logo, supõe-se que a paz positiva seja o principal objetivo a ser alcançado em qualquer situação de gestão de conflito internacional.

Tendo os conceitos imprescindíveis para esta análise devidamente explicados, pode-se passar à análise da importância da participação da sociedade civil em processos de paz. Paffenholz e Spurk (2006, p. 1) afirmam que há um consenso de que a participação da sociedade civil nos processos políticos é uma constante nas democracias modernas. Seja em eleições ou em plebiscitos, a sociedade civil é frequentemente consultada e participa de forma ativa dentro dos processos políticos de seus países. No entanto, isto não parece se aplicar quando se trata de processos de gestão e resolução de conflitos. Como descrito anteriormente, a sociedade civil atua nos espaços institucionais fora do Estado, das famílias e do mercado. O Estado, como autoridade política máxima dentro de determinado território, é quem lidera todas as ações voltadas para lidar com os diferentes tipos de ameaças internas ou externas. Naturalmente, as forças estatais são as responsáveis em lidar com a resolução de conflitos da forma como julgarem conveniente, seja pela negociação ou pelo enfrentamento bélico direto. Em ambos os casos, a sociedade civil não costuma ser consultada, assim como frequentemente não possui formas de interlocução com os seus representantes para apresentar seus posicionamentos e indicar as formas

adequadas de abordagem, visando atender os interesses dos diferentes grupos que compõem a própria sociedade civil. Quando são consultadas, as populações têm um papel secundário, tal como a de condenar a violência e auxiliar nos processos pós-conflito, como o de participar na construção da educação para a paz (ZAMBRANO E ISA, 2013, p. 2 APUD BEJARANO, 1999).

Entretanto, Paffenholz e Spurk (2006, p. 1) apontam que, a partir da década de 1990, houve um interesse crescente em compreender como a sociedade civil poderia entrar nos estudos de gestão de conflito internacional. Isto se deu por conta da crescente complexidade dos conflitos que despontaram ao redor do mundo e pelos fracassos na gestão de conflitos como os que ocorreram na Somália e Ruanda, que mudaram o foco dos estudos que estavam sendo realizados até então (PAFFENHOLZ E SPURK, 2006, p. 1). Entender como e por que a sociedade civil age dentro dos conflitos traria novas abordagens de pesquisa dentro dos estudos da paz.

Os avanços concretizados da década de 1990 para a atualidade trouxeram algumas inferências dentro da pesquisa da sociedade civil nos estudos para a paz e, em específico, dentro da gestão de conflitos internacionais. Fischer (2011, p. 307) afirma que a sociedade civil possui uma capacidade de gerar os impulsos necessários para motivar os processos que estabelecem a paz e a verdade. Paffenholz e Spurk (2006, p. 34) ressaltam que a sociedade civil, dentre os papéis que pode exercer, funciona muito bem como catalisadora dos interesses da população e em comunicar as elites sobre seus interesses e necessidades nos processos de gestão de conflito. Wanis-St.John e Kew (2008, p. 33) vão além e afirmam que a presença ou não da sociedade civil é um dos indicadores que apontam a maior ou menor probabilidade de que um eventual fim do conflito possa se perpetuar.

Utilizando das argumentações dos autores citados, é seguro afirmar que a pesquisa nos estudos para a paz caminha de mãos dadas com a percepção de que a participação da sociedade civil na gestão de conflitos internacionais é relevante e cada vez mais necessária para a concretização da paz positiva nas sociedades transformadas pelo conflito. Utilizando essa assertiva como pressuposto, os parágrafos seguintes elucidarão os principais fatos envolvendo a participação da sociedade civil dentro da gestão do conflito entre o governo colombiano e as FARC-

EP. Com isso, será possível responder as perguntas de pesquisa propostas anteriormente e identificar se a participação da sociedade civil colombiana, da forma como se deu, foi essencial para moldar o *Acuerdo Final* assinado e ratificado.

3. RETROSPECTO HISTÓRICO DO CONFLITO COLOMBIANO COM AS FARC-EP (1984-2016)

O conflito entre o governo colombiano e as FARC-EP é um caso de alta complexidade, considerando todas as variáveis que lhe deram causa, a forma como se desenrolou e as negociações para sua solução. Levando em consideração todas as etapas do conflito ao longo dos anos, as baixas em ambos os lados e todo o capital humano e econômico investido por cada um dos envolvidos agravam ainda mais a problemática. Apesar das relações de causalidade que levaram ao conflito, para os efeitos desta pesquisa, não cabe revisitar com elevado grau de especificidade todas as suas etapas. Neste capítulo, será realizado somente um breve retrospecto histórico do conflito colombiano, de modo a facilitar a compreensão do principal ponto de interesse desta análise, qual seja, a negociação da paz entre as partes. Mesmo essa análise inicial terá como foco o exame de como, onde e porque a sociedade civil colombiana esteve presente dentro dos processos de gestão das animosidades e controvérsias existentes.

A América Latina é, para Skidmore, Smith e Green (2010, p. 5-7), uma região de diversos paradoxos. Ainda há uma série de discrepâncias entre riqueza e pobreza, o que resulta em uma desigualdade social crítica e que assola diversos países que aqui se localizam. A Colômbia, desde a sua formação como Estado independente a partir de 1817, é um país marcado pela desigualdade. A divisão entre pobres e ricos iniciou ainda nos primeiros momentos de sua independência política, quando a elite política dominante não conseguiu realizar uma reforma agrária eficaz que pudesse partilhar o território de forma igual para a população. A consequência mais grave, talvez, tenha sido a marginalização da população rural pobre (ou em espanhol, *campesina*) para as províncias mais distantes dos centros urbanos. Parte significativa dessa população é mestiça, isto é, resultante da mistura do europeu

branco com a população indígena que já se encontrava no que viria a ser a América Latina.

No século XIX, com a independência da Colômbia da Espanha, a democracia colombiana se consolidou em marcha lenta, visto que as possibilidades de ascensão social e econômica para todos os habitantes não eram consolidadas (KLINE E GRAY, 2007, p. 207). À época, foi instalado um sistema bipartidário, em que o Partido Liberal e o Partido Conservador, formados pelas elites políticas da época, divergiam apenas levemente e em algumas pautas específicas. Já no século seguinte, a eleição do presidente Enrique Herrera, resultado de uma coalizão entre os dois partidos, definiu uma intensa polarização da sociedade colombiana que culminou no período chamado *La Violencia*, onde grupos armados ligados a cada um dos partidos políticos se digladiaram em um confronto civil direto. De acordo com González González (2004, p. 12), estima-se que cerca de 200.000 colombianos, entre militares, civis e combatentes, foram mortos de 1946 a 1953.

Este episódio da história colombiana foi resolvido no governo do presidente Gustavo Pinilla, que presidiu o país entre 1953 e 1957. A partir desse mandato, os dois tradicionais partidos políticos colombianos fecharam um acordo, chamado de Frente Nacional, onde se intercalariam no poder para garantir a estabilidade e a manutenção da esfera política já existente no país. Embora tal medida tenha sido importante para garantir a estabilidade da Colômbia naquele momento, como afirma Gonzalez Gonzalez (2004, p. 12), ela não foi de encontro aos anseios das camadas mais populares do país, tal como os *campesinos*, que ainda se viram excluídos do restante da sociedade e das decisões políticas importantes. Diante de tal situação, grupos de guerrilha se estabeleceram visando representar as camadas mais pobres e esquecidas da sociedade colombiana e provocar mudanças na sociedade por meio da luta armada, tais como as FARC-EP.

O *La Violencia*, assim como outros episódios da história colombiana, reforça a percepção de que desde os primórdios da formação do país, a violência se torna uma constante nas relações sociais e políticas. A violência característica colombiana, para Gonzalez Gonzalez (2014, p. 27-28), é o resultado não planejado de algumas combinações de fatores estruturais da sociedade colombiana como um todo. Estes fatores, segundo o autor, seriam:

- 1 - La configuración social de las regiones, su poblamiento y cohesión interna, ligados a un problema agrario nunca resuelto;
- 2 - La integración territorial y política de las regiones y sus pobladores mediante el sistema político bipartidista;
- 3 - Las tensiones y contradicciones sociales que se derivan de los dos procesos anteriores, frente a la incapacidad del régimen para tramitarlas adecuada y pacíficamente. (GONZALEZ GONZALEZ, 2014, P. 27-28)

Dessa forma, o autor compreende que esses fatores, assim como uma interpretação maniqueísta da sociedade em um contexto internacional de Guerra Fria, levaram a alguns atores colombianos a considerar a violência como a solução de seus problemas (GONZALEZ GONZALEZ, 2014, p. 27-28). Esse pode ser um dos motivos que levaram à insurgência armada como uma prática recorrente no século XX, dada a aparição de diversos grupos de guerrilha em território colombiano. Diante de tal problemática, o governo tentou, em diversas ocasiões, finalizar as animosidades existentes entre estes grupos. No contexto das FARC-EP, houve três grandes tentativas de resolução do litígio: a negociação que resultou no *Acuerdo de La Uribe* (1984-1986), as negociações de Tlaxcala e Caracas (1991-1992) e as negociações de San Vicente del Caguán (1998-2002). Apesar das iniciativas, todas elas esbarraram em obstáculos que impediram a concretização das propostas de negociação e dos resultados positivos. Ora houve falta de confiança entre as partes para estabelecer um diálogo direto e produtivo, ora não havia um consenso das pautas a serem discutidas. Após a última tentativa de negociação, somente em 2012 que uma aproximação entre representantes do governo e representantes das FARC-EP veio a acontecer, visando negociar um fim ao conflito entre as duas partes. Esta negociação foi a que resultou, em novembro de 2016, na assinatura do *Acuerdo Final*.

Desde o estabelecimento das FARC-EP como um agente político na Colômbia e o subsequente conflito contra o governo, a sociedade civil organizada esteve envolvida em alguns momentos e conseguiu estabelecer sua participação e importância em momentos chave. Fernández, García-Durán e Sarmiento (2004, p. 18) lembram que a participação da sociedade civil nas tentativas de resolução dos conflitos com os grupos paramilitares esteve diretamente ligada com as possibilidades de participação política que se apresentavam com o passar dos anos.

Isso significa que nem sempre a união da sociedade civil foi coesa ou que todas elas permaneceram coesas com os eventos que foram se desenrolando.

Durante a década de 1970 e 1980, não houve registros significativos de participação civil nos processos envolvendo a gestão dos conflitos com grupos paramilitares colombianos. Como lembram Fernández, Garcia-Duran e Sarmiento (2004, p.19), houve apenas algumas manifestações públicas pedindo que os governantes utilizassem uma solução negociada para o fim dos conflitos e que respeitassem as garantias individuais de todos os envolvidos. Somente na década de 1990 que se iniciaram manifestações significativas nesse sentido. A criação da *Comisión de Notables*, ou Comissão de Cidadãos Distintos, auxiliou a estabelecer as condições necessárias para a desmobilização do Movimento 19 de Abril. A partir dela, outras manifestações surgiram a favor da vida e da paz tanto em Bogotá quanto em outros departamentos colombianos. Como exemplo, houve o Pacto Social para Desenvolvimento e Paz em Urabá, a campanha “Paz em Medellin” e a Marcha para Cali, todos em 1991.

Com o passar dos anos, a Colômbia se viu em um momento em que a participação dos cidadãos nos processos envolvendo a resolução de seus conflitos internos se tornou cada vez mais coesa e numerosa. Fernández, Garcia-Duran e Sarmiento (2004, p. 20) ressaltam a importância de eventos como a criação do *Comité de Búsqueda de la Paz* (Comitê Para a Busca da Paz), da REDEPAZ (Rede de Iniciativas Pela Paz e Contra a Guerra) e da Comissão de Conciliação Nacional. Estas instituições foram essenciais para aglutinar diversas ONGs e organizações com o intuito de promover espaços de diálogo na própria sociedade civil e com as partes em conflito, ou seja, o governo federal e os grupos paramilitares em território colombiano. Em um novo esforço de promover sua agenda de paz, estes grupos promoveram, em 1996, uma série de marchas e passeatas em que defendiam soluções negociadas para o conflito com os grupos de guerrilha. Ao seu apoio, fóruns de debate organizados por determinados setores da sociedade, como a mídia, o empresariado e as universidades e centros de ensino foram estabelecidos e promoviam apoio a tais iniciativas.

Ainda no final da década de 1990 houve dois eventos importantes que marcaram a participação da sociedade civil no debate quanto às guerrilhas

colombianas: o Mandato dos Cidadãos para o Processo de Paz, nas eleições de 1997, e as passeatas do movimento “*No Más*” (Não Mais), que protestavam contra os sequestros que eram organizados e executados pelos grupos de guerrilha e levaram à participação de cerca de 2,5 milhões de cidadãos colombianos. Próximo à virada do século, as organizações nacionais de promoção da paz entraram em uma crise, visto que o então processo de paz com as FARC-EP de San Vicente del Caguán se mostrou ineficaz e incapaz de atingir um acordo entre as duas partes. No entanto, iniciativas locais se mostraram resilientes e persistentes na busca de uma solução negociada com as guerrilhas. Populações *campesinas* de determinados departamentos colombianos estabeleceram assembleias e pontos de resistência às ações dos grupos paramilitares. Estes processos continuaram até 2002, momento em que a negociação de San Vicente del Caguán foi encerrada.

Com a falha da terceira tentativa de resolução do conflito com as FARC-EP, a população colombiana se viu desapontada e dividida, com diferentes percepções de como lidar com a situação efetivamente (ERLINGSSON, 2013, P. 29). A partir da administração de Álvaro Uribe (2002-2010), o país se viu em um momento de estagnação quanto à participação da sociedade civil nos processos de gestão de conflito envolvendo as FARC-EP e afins. A abordagem de Uribe no enfrentamento dos grupos paramilitares esteve diretamente ligada com a política de *Seguridad Democrática* (Segurança Democrática), que entendia os grupos de guerrilha como terroristas e que precisavam ser derrotados por meio de ações militares. Isto não só foi de desagrado de grande parte da população colombiana, como também os afastou dos processos políticos envolvendo a questão, visto que Uribe estigmatizou a sociedade como colaboradores com as guerrilhas. Até o fim do mandato, o governo não entrou novamente em nenhum processo de negociação, utilizando o enfrentamento direto como *modus operandi* para finalizar as controvérsias. Uma nova negociação só surgiria no mandato do presidente Juan Manoel Santos, mais precisamente em 2010.

A partir daquele ano, houve uma reaproximação e uma nova disposição das duas partes a se engajar em conversas secretas visando uma saída negociada ao conflito. Este movimento levou a um diálogo entre delegações das duas partes em Havana, Cuba, além de representantes do governo cubano e da Noruega, que atuaram

para garantir o andamento destas negociações preliminares e levar o governo colombiano e as FARC-EP a utilizarem uma linguagem conciliatória nas discussões (SEGURA; MECHOULAN, 2017, p. 11). A Colômbia se encontrava em um novo momento histórico, político, social e econômico que permitia vislumbrar um fim das controvérsias existentes. Ademais, o avanço da política de *Seguridad Democrática* consumiu uma enorme quantidade de capital humano e financeiro e esgotou igualmente as duas partes, o que fez com que a saída política se tornasse ainda mais atrativa para ambos.

Após muito diálogo e reuniões nos bastidores, Juan Manoel Santos e o então líder das FARC-EP, Timoleón Jimenez, anunciaram publicamente, em 24 de setembro de 2012, que as negociações para encerrar o conflito entre as partes iriam se iniciar formalmente a partir daquela data, com encontros entre delegações de cada uma das partes. Nos meses seguintes, representantes do governo e das FARC-EP se reuniram em Havana para discutir cada um dos pontos que se tornariam centrais no acordo a ser costurado: uma reforma agrária inclusiva, uma participação política plural e democrática no país, um cessar fogo definitivo entre as duas partes, uma solução definitiva ao problema das drogas ilícitas, um sistema de reparação às vítimas do conflito ao longo dos anos e mecanismos de implementação e verificação para dar seguimento aos pontos definidos no que viria a ser o *Acuerdo Final* (COLÔMBIA, 2016, p. 7-9). Estes foram os pilares que nortearam a negociação entre as delegações nos anos seguintes.

Comparativamente aos processos anteriores, a participação da sociedade civil colombiana foi mais intensa nessa nova tentativa de se encerrar o conflito. Segura e Mechoulan (2017, p.28) apresentam que, além de uma plataforma online de discussão, promovida pelo governo, houve uma série de fóruns de discussão organizados em todos os trinta e dois departamentos colombianos. Esses fóruns, organizados com o auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, discutiram com os cidadãos as agendas que estavam sendo propostas e recolheram as suas considerações para apresentá-las à mesa de negociação. Esse tipo de ação não só permitiu que a sociedade civil pudesse fazer parte do desenvolvimento do que viria a ser o *Acuerdo Final*, mas explicar e disseminar a pauta discutida para uma parcela da população que, por mais que tivesse interesse em participar do processo, não tinha

noção completa das complexidades envolvidas. Fóruns paralelos foram organizados por universidades e instituições de ensino, com o mesmo objetivo.

Ademais, organizações da sociedade civil tiveram a oportunidade de entrar em contato direto com as delegações do governo colombiano e das FARC-EP. Grupos de representantes das populações indígenas, por exemplo, se encontraram com representantes das partes para manifestar seus posicionamentos e pautas a serem discutidas nas reuniões de trabalho. Por conta dessa movimentação, em determinados momentos as delegações abriram subcomissões para discutir pontos que viriam a ser essenciais para o acordo e dar seguimento aos mesmos, como a inclusão de perspectivas de gênero, as questões legais quanto aos mecanismos presentes na estrutura jurídica colombiana para lidar com os pontos que viriam a ser definidos, além de um grupo técnico para lidar especificamente com o fim do conflito (SEGURA E MECHOULAN, 2017, P. 16).

Talvez a maior evidência da participação da sociedade civil no processo de *peacebuilding* com as FARC-EP, e um dos capítulos mais marcantes de toda a tentativa mais recente de negociação, foi a realização de um plebiscito para fazer com que a população colombiana decidisse quanto à aprovação ou não do *Acuerdo Final* como ele havia sido proposto. A ideia veio de um ensejo do presidente Santos de garantir legitimidade ao processo por meio da participação civil (SEGURA E MECHOULAN, 2017, p. 30). Em outubro de 2016, a população expressou sua opinião e, de quase 13 milhões de votos contabilizados, 50,2% votaram em “não” e 49,7% votaram em “sim” (ESTEVE E VARGAS, 2016, p. 2). A vitória do “não” significava que o acordo, da como foi apresentado, não poderia entrar em ação e precisaria ser renegociado, o que surpreendeu tanto as partes em conflito quanto o presidente Santos.

Há várias razões que explicam o porquê do resultado negativo do plebiscito. Segura e Mechoulan (2017, p. 31) apontam que o *Acuerdo Final*, como proposto, tinha 297 páginas. Por ser extenso e com uma linguagem naturalmente formal, era de se esperar que uma parcela significativa da população não o lesse por inteiro e não compreendesse na íntegra tudo o que estava sendo proposto. Ademais, Esteve e Vargas (2016, p. 3-7) apontam razões mais profundas para o cenário: a baixa aprovação do governo de Santos; o ceticismo quanto ao reconhecimento das FARC-

EP como um ator político e as suas reais motivações para encerrar o conflito; o temor à impunidade, uma vez que o conflito estivesse resolvido; a falta de clareza quanto aos custos do processo de gestão de conflito e do pós-conflito; e a falta de comunicação entre os negociadores e o povo colombiano.

Mesmo com os entraves encontrados ao longo do processo, tornando necessária a participação da Organização das Nações Unidas para mediar as negociações e destravar o diálogo em determinados momentos, as delegações conseguiram avançar em vários pontos com o passar dos meses. Ao longo dos anos, a comunidade internacional viu com muitos bons olhos o processo, contando com o sucesso das negociações e o subsequente fim do conflito. Após os resultados do plebiscito, as delegações do governo e das FARC-EP se reuniram para discutir novamente pautas que causaram os entraves para serem novamente disponibilizados junto à população em um novo plebiscito. Em novembro de 2016, as delegações apresentaram publicamente a versão final do *Acuerdo Final*, selando os pontos acordados e pondo um fim ao conflito entre o governo e as FARC-EP.

4. OS PAPEIS DA SOCIEDADE CIVIL NOS PROCESSOS DE *PEACEBUILDING*

No capítulo 2, foram revisitados alguns dos principais acontecimentos históricos envolvendo o conflito entre a Colômbia e as FARC-EP para estabelecer os principais avanços e retrocessos da participação da sociedade civil colombiana no fim das controvérsias. A partir daí, torna-se necessário compreender que papel a sociedade colombiana teve ao longo dos anos de conflito e colocar em teste a hipótese de que a participação da sociedade colombiana foi imprescindível para o fim do conflito com as FARC-EP. Para tanto, é relevante compreender em que momentos a sociedade civil pode participar nos processos de *peacebuilding* e como a população atuou em cada uma dessas oportunidades. Ao final, então, será apresentada uma análise da participação da população no processo colombiano à luz do construtivismo social.

Com o avanço das análises referentes à participação da sociedade civil nos estudos para a paz, inferências e hipóteses têm sido apresentadas para compreender

como se dá a atuação desse conjunto de entes em cenários de conflito e construção da paz. Através da observação de trabalhos anteriores que tratam deste tema, Paffenholz e Spurk (2006, p. 33-39) apresentam um framework analítico que permite identificar as diferentes formas nas quais a sociedade civil pode atuar nos mais diferentes processos de *peacebuilding*. Em suma, eles apresentam as seguintes possibilidades de atuação: proteção, monitoramento e *accountability*, *advocacy*, socialização, coesão social construtiva e intermediação.

Para Paffenholz e Spurk (2006, p. 27), a função de proteção está diretamente ligada com a salvaguarda dos cidadãos que se encontram em situação de perigo em um conflito. Nessa circunstância, a sociedade civil pode criar, por exemplo, zonas de paz onde nenhum tipo de violência é permitido ou acompanhar os processos juntamente às partes em conflito para garantir a segurança humana. Organizações não governamentais locais ou internacionais tem papel essencial na execução de tais atividades, principalmente por atuarem nas brechas que os atores estatais não conseguem alcançar efetivamente.

A função de monitoramento e *accountability* é tanto uma atividade por si só como uma pré-condição para que outras funções da sociedade civil em processos de *peacebuilding*, como a de proteção e a de *advocacy*, ocorram, o que é ressaltado por Paffenholz e Spurk (2006, p. 28). Isso porque, em maior ou menor nível, todo ator que compõe e participa de tal processo está exercendo o monitoramento do conflito; isto é, de observar a situação existente e fornecer recomendações ou informações para outros grupos civis ou para as partes beligerantes que negociam uma solução. Algumas das principais atividades exercidas nesta função são compor bancos de informações e monitorar as violações de direitos humanos existentes.

O *advocacy* é uma das práticas mais comuns em sistemas democráticos, assim como é nos processos de *peacebuilding* (PFAFFENHOLZ E SPURK, 2006, p. 28). Ela vai de encontro às outras funções apresentadas e tem como principal objetivo influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos para o enfrentamento de diversas situações. No caso do *peacebuilding*, o *advocacy* é um instrumento da sociedade civil para tornar públicas pautas específicas dentro do contexto de conflito interno (a violência de determinado grupo étnico, por exemplo) ou externo, em outros países. Ademais, o *advocacy* é usado para gerar pressão na

elite política presente na mesa de negociação para avançar os processos que levem ao fim das controvérsias.

A socialização, ou fomentação da cultura da paz, advém de outro pilar dos sistemas democráticos contemporâneos e dos processos de *peacebuilding*, como afirmam Pffafenholz e Spurk (2006, p. 29-30). Nessa atividade, a sociedade civil atua no estabelecimento de uma cultura de paz nas sociedades que estão afetadas pelo conflito, visando transformar a percepção da própria sociedade da situação para provocar a reconciliação dos entes beligerantes. Alguns exemplos de atribuições exercidas nesta função estão na execução de projetos que fomentam o diálogo, educação de paz em canais diversos de comunicação e iniciativas reconciliatórias, dentre outros. Normalmente, essas atividades têm objetivos em longo prazo, procurando estabelecer metas que perdurem durante as futuras gerações.

No que se refere à coesão social construtiva, Pffafenholz e Spurk (2006, p. 30-31) afirmam ser uma das funções mais imprescindíveis na construção de uma sociedade transformada por um conflito. Ela foca em atividades conjuntas entre grupos adversários, tais como comitês de ajuda e desenvolvimento conjuntos, atividades culturais e o estabelecimento de associações que unam os diferentes entes que se encontravam em conflito. No entanto, essa função tem um entrave no que concerne à disposição dos atores a se aproximarem e executarem as ações; caso eles não estejam entusiasmados com o processo, poucos resultados podem ser obtidos.

A intermediação é uma função que permite que a sociedade civil possa dialogar com os atores estatais e não-estatais de determinado país. No contexto de *peacebuilding*, de acordo com Pffafenholz e Spurk (2006, p. 31), a sociedade civil pode facilitar o diálogo entre os entes beligerantes e atores locais, além de auxiliar na criação de zonas sem combate no caso de o conflito ainda permanecer como uma realidade. No entanto, a atuação da sociedade civil em processos de intermediação é limitada, pois comumente as organizações internacionais, tal como a Organização das Nações Unidas, por meio de seus programas e agências, executa muitas ações em que poderia haver mais participação local. Quando muito, a sociedade civil é representada por organizações não governamentais, que toma cargo destes processos.

Tendo o *framework* posto, é possível apresentar duas inferências. A primeira é de que, de todas as ocasiões em que o governo negociou a saída do conflito com as

FARC-EP, algumas das atividades exercidas pela sociedade civil organizada foram constantes, como a de monitoramento e *advocacy*. Por meio de passeatas e manifestações públicas a partir dos anos 1990, conseguiu-se demonstrar para o governo que a população ansiava pelo fim do conflito não só com as FARC-EP, mas com as outras guerrilhas ativas no território colombiano. Ademais, a pressão causada por entes sociais de diversos setores demonstrou que a população desejava participar dos processos e se envolver nas negociações - afinal, o principal ator a se beneficiar com o ambiente de paz seriam os cidadãos colombianos.

A segunda inferência a ser apresentada é que, a partir do processo de negociação mais recente, que resultou na assinatura do *Acuerdo Final*, houve uma dinamização na participação da sociedade civil no processo de *peacebuilding*. Isso significa que novas ações foram apresentadas e as que já estavam sendo praticadas foram mantidas. A função de proteção, por exemplo, foi executada em uma amplitude cada vez maior. A MOVICE, criada em junho de 2005, foi uma organização pioneira no amparo de todas as famílias que tiveram entes mortos em algum conflito entre o governo e forças paramilitares, garantindo o acompanhamento das vítimas e realizando ações para evitar a impunidade e as violações de Direitos Humanos (MOVICE, 2015). As funções de monitoramento continuaram sendo aplicadas, tanto que, conforme mencionado no Capítulo 2, a pressão de entidades da sociedade civil para a abordagem de determinadas pautas foi a motivação para o estabelecimento das subcomissões de perspectivas de gênero, legais e o grupo técnico para o fim do conflito na mesa de negociações do *Acuerdo Final*.

Além da função de proteção e de *advocacy*, que já vinham sendo executadas e assim permaneceram, a sociedade civil colombiana exerceu funções como as de intermediação, coesão social construtiva e socialização. Entidades como a ONIC auxiliaram no diálogo entre as populações indígenas, naturalmente mais afastadas dos centros urbanos, com as delegações do governo e das FARC-EP, para entender as suas necessidades e levar as suas pautas até a mesa de negociação para discussão. Por meio de dispositivos fornecidos pelo governo colombiano, a *Agência para la Reincorporación y la Normalización* (Agência para Reincorporação e Normalização, em tradução livre) organizou ações e *workshops* em que ex-guerrilheiros em processo de reinserção na sociedade e cidadãos colombianos puderam estabelecer o

diálogo e promover entendimento entre si no pós-conflito. No tocante à socialização, a *Fundación para la Reconciliación* (Fundação para a Reconciliação, em tradução livre), dentre outras organizações, promoveu uma cultura de educação voltada ao estabelecimento da paz para todas as gerações de colombianos. Por meio de atividades que incitaram o perdão e a reconciliação, o programa *Escuela de Perdón y Reconciliación* (Escola de Perdão e Reconciliação, em tradução livre, ou ESPERE), promove uma educação transformadora para todos os cidadãos cujas vidas foram drasticamente transformadas pela violência (FUNDACIÓN PARA LA RECONCILIACIÓN, 2018).

Por fim, é seguro dizer que a maior amplitude de papéis e funções da sociedade civil se deu por dois fatores principais: o surgimento de diferentes entidades da sociedade civil e o interesse do governo em incluir o povo colombiano nos processos. É notório o interesse da sociedade em encerrar um longo capítulo de violência em sua história e, para tanto, vem procurando constituir entidades que tragam representatividade aos seus diversos setores e permitir a inclusão de pautas e sua participação nos processos, fazendo a sua voz sendo ouvida. Além disso, como descrito antes, o presidente Santos tinha interesse em tornar o processo o mais inclusivo possível para a sociedade. A convergência de possibilidades e interesses fez que o *Acuerdo Final* pudesse ser participativo e inclusivo.

5. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COLOMBIANA NO CONFLITO COM AS FARC-EP À LUZ DO CONSTRUTIVISMO SOCIAL

Nos capítulos anteriores, procurou-se estabelecer o marco conceitual completo envolvido na análise do objeto em questão, isto é, da participação da sociedade civil colombiana dentro do caso apresentado. Foi disposto como a sociedade se organiza, o arcabouço conceitual que permite examinar seu envolvimento e as correlações existentes entre os conceitos apresentados. Ademais, foi apresentado um retrospecto histórico dos principais eventos que marcaram a trajetória de tentativas do governo em encerrar o conflito vigente com as FARC-EP, além de observações gerais sobre a participação da sociedade civil em cada

momento. Por fim, determinou-se um *framework* analítico em que as diferentes formas de atuação da sociedade civil foram apresentadas e como o povo colombiano atuou diante do panorama presente. Até agora, o primeiro objetivo desta pesquisa foi atingido, que era apresentar como a sociedade civil atuou dentro do processo de *peacebuilding* - e percebeu-se que este ente esteve envolvido em grande parte do processo ao longo dos anos e atuou em diversas funções, tendo um papel ativo juntamente com as delegações presentes na mesa de negociação.

Agora, neste quarto e último capítulo, o objetivo é apresentar uma análise que permita identificar se a participação da sociedade civil no processo de *peacekeeping* foi essencial para a assinatura do *Acuerdo Final*, a hipótese central desta pesquisa. Para tanto, será utilizado o construtivismo social, uma das diversas Teorias de Relações Internacionais existentes. Ele será utilizado como o principal marco teórico das Relações Internacionais para embasar as argumentações e considerações que serão postas a seguir.

Alexander Wendt e Nicolas Onuf, autores renomados do construtivismo social, trazem uma série de argumentos que podem ser aplicados em um exame do caso aqui apresentado. Assim como os demais construtivistas, eles compartilham a ideia de que “a realidade é socialmente construída”, isto é, de que tudo o que nos cerca é resultado da interação do mundo social e que, com o passar do tempo, a realidade vai se modificando conforme o mundo social for agindo mediante a produção e construção histórico-social vigente. Onuf (2013, p. 4) afirma que as relações internacionais são construídas de modo social, pois os Estados, os principais atores internacionais, são constituídos, moldados e modificados perante as interações sociais de seus habitantes. Os agentes criados pelas pessoas ativas em determinada sociedade, as regras que regulam suas ações, os padrões estabelecidos pelo uso das regras, as estruturas criadas devido às interações de todos estes fatores e as relações envolvendo todos estes entes vão modificando o comportamento dos Estados no cenário internacional e, com isso, a realidade vai sendo alterada. Essas noções levam a uma nova visão do “debate agente-estrutura”, que Wendt (1987, p. 365-370) determina como a compreensão de que os agentes e estruturas afetam um ao outro, por serem entidades co-determinadas e que dependem ontologicamente uma da outra.

Além desses fatores, Wendt (1999, p. 397) acrescenta alguns conceitos importantes referentes a identidades dos Estados e como elas são usadas para a transformação da realidade social em que vivem. As identidades são os entendimentos e expectativas estabelecidos por meio do papel coletivo, e elas moldam os interesses que os Estados assumem uns com os outros. Considerando a anarquia do sistema internacional, as identidades e interesses são essenciais para entender como os Estados se veem e como eles interagem entre si, pois são mutuamente constituídas (WENDT, 1999, p. 399). Desta forma, as políticas estabelecidas para conduzir os relacionamentos entre outros atores internacionais também são socialmente construídas em um nível de análise internacional, assim como os indivíduos e grupos sociais são agentes de transformação da realidade na qual co-constroem.

A abordagem do construtivismo social para questões de segurança internacional está intrinsecamente ligada com a identidade e com a própria definição de segurança. Como as identidades e as percepções de realidade são socialmente construídas para os construtivistas, assim são as questões de segurança. Segurança, então, se trata de um conceito moldável à realidade de cada país. Pelas percepções e características próprias da política e dos atores que compõem a sociedade, cada Estado identifica o que é ameaça de acordo com a identidade e a realidade que se encontram vigentes. (MCDONALD, 2008, P. 64). E dentro do Estado, a segurança se configura como o embate entre negociação e contestação, isto é, segundo McDonald (2008, p.64) entre os diferentes agentes políticos e as suas próprias visões de valores.

Diante dos pressupostos construtivistas, é possível inferir algumas considerações. A primeira é de que, aplicando os conceitos ao caso apresentado, a sociedade civil colombiana, as FARC-EP e o governo colombiano são agentes e cada um deles atua de acordo com as suas próprias regras e padrões de comportamento, estabelecendo a estrutura social dentro do conflito. Com isso, cada um desses agentes teve uma identidade própria, moldada e modificada com o passar dos anos. Isso explica algumas mudanças de perspectiva ao longo dos anos, como exemplo o fato de o governo ter ceticismo quanto à participação popular no processo de *peacebuilding* no governo Uribe e, anos depois, procurar se aproximar da sociedade para a validação das negociações que resultaram no *Acuerdo Final*, já no governo

Santos. Outra amostra deste tipo de comportamento está no fato das FARC-EP outrora considerarem o governo um inimigo e um entrave para as reformas estruturais que defendem, levando a luta armada adiante como a única forma de resolução de suas pautas e, ao longo dos anos 2000 e 2010, o grupo modificou a sua visão diante das controvérsias e considerou a saída política como a mais aceitável e a menos custosa para todos os envolvidos, ainda mais de todo o dinheiro e capital humano investidos no embate militar intenso nos anos 2000 como desenrolar do Plano Colômbia promovido pelos Estados Unidos na tentativa de frear a ação do narcotráfico, diretamente associado com ações das FARC-EP e de demais grupos de guerrilha colombianos.

Outra consideração a ser posta é a de que a percepção do conflito foi se modificando conforme os agentes foram interagindo com a estrutura e a estrutura interagiu com os agentes. Essa percepção também foi ditada com o próprio conceito de segurança para a realidade colombiana. A Colômbia não está engajada em conflitos externos, logo é natural que as definições de ameaças e as soluções propostas para resolver o processo estejam direcionadas aos grupos paramilitares que atuam dentro do país há décadas e que perpetuam uma cultura de violência. Diante desta realidade, é natural visualizar que um dos interesses do governo colombiano, diretamente envolvido na problemática desde o princípio, é de solucionar o problema para a manutenção de seus valores diante da sociedade colombiana. O conflito em si só existe por conta dos diferentes valores que estão em jogo; no caso das FARC-EP e de outros grupos paramilitares, a luta armada se justifica pela necessidade de estabelecer reformas estruturais que permitam uma reforma agrária justa para toda a população rural e pobre que foi marginalizada por anos, dentre outros tipos de reestruturações. Enquanto isso, o interessante para o governo seria encerrar o conflito para manter os valores que estão vigentes pela alta cúpula política.

Conforme demonstrado pelos capítulos anteriores desta pesquisa, a sociedade civil colombiana foi um ator que esteve presente em diversos momentos nas tentativas de negociação entre o governo e as FARC-EP de solucionarem o conflito pela via política. Nas tentativas realizadas nos anos 1980, 1990 e 2000, a sociedade civil esteve presente, influenciando e participando dos processos diante do espaço que era permitido dentro das estruturas sociais possíveis. É importante ressaltar que

essas tentativas de negociação não fracassaram por conta da participação em maior ou menor nível da sociedade civil, mas sim por conta das discordâncias existentes entre as partes envolvidas na negociação. Tanto o governo quanto as FARC-EP não chegavam em um consenso das pautas, do que cada um deveria ceder ou concordar, nas exigências e garantias propostas. Logo, a presença ou ausência da sociedade civil não impactou diretamente no andamento desses processos. O fracasso dos processos se deu unicamente à incapacidade das delegações de destravarem as negociações e levarem as propostas de fim do conflito adiante.

Um conceito apresentado por Wendt (1992, p. 399) define a política de poder como uma estrutura constituída por diversas identidades e interesses. Considerando as experiências anteriores de *peacebuilding* no caso colombiano e o evento mais recente que resultou na assinatura do *Acuerdo Final*, é possível inferir que a política de poder se constituiu majoritariamente pelas identidades e interesses do governo colombiano e das FARC-EP e, em uma parte mínima, da sociedade civil. Assim, a tomada de decisão foi em maior parte constituída pela elite política dominante e foi pensada para a elite política dominante. O interesse das delegações que representavam o governo e as FARC-EP era de resolver pela via negociada, visto que continuar o conflito pelo embate direto não estava trazendo resultados.

Conforme demonstrado anteriormente, há uma literatura que demonstra o esforço do governo em integrar a população nos processos políticos do *Acuerdo Final*. No entanto, há uma parte da bibliografia sobre o tema que é cética quanto ao potencial perdido por conta das falhas de comunicação entre as delegações na mesa de negociação e a população colombiana, como, por exemplo, Segura e Mechoulan (2017, p.30). Para as autoras, não houve um real mecanismo de participação que pudesse trazer, de forma horizontal, uma possibilidade de se comunicar com a população colombiana em sua totalidade. As autoras reforçam que, para os críticos, os fóruns de discussão promovidos pelo governo com o auxílio das universidades angariaram somente os que já eram favoráveis ao fim do conflito como estava sendo proposto. Por não incluir a parte da população que era neutra ou contra a proposta do *Acuerdo Final*, não houve um real debate frutífero que rendesse novos posicionamentos e considerações a serem levados à mesa de negociação. Com isso,

nem toda a população pode exprimir a sua visão do conflito mediante à sua realidade vivida com a convivência.

As decisões tomadas na mesa de negociação foram pensadas nos interesses majoritários de quem estava no alto escalão político do país e aqueles que os apoiavam. Mesmo o plebiscito realizado pelo presidente Santos como uma forma de legitimar a participação da população civil pode ser questionado diante desta assertiva. Tomando a premissa dos críticos como verdadeira, o plebiscito foi um artifício usado para consolidar as decisões já tomadas e, independentemente do resultado, seria indiferente para a intenção das delegações em aprovar o *Acuerdo Final*. Exauridas após anos de negociação e pelos processos burocráticos envolvidos, o interesse do governo colombiano e das FARC-EP era de finalizar o conflito e poder consolidar a paz positiva no país após décadas de controvérsias profundas e diversas manifestações de violência das duas partes.

Logo, diante dos pressupostos construtivistas e dos fatos apresentados ao longo da pesquisa, é possível afirmar que a realidade social construída ao longo da negociação que resultou no *Acuerdo Final*, isto é, de 2010 até 2016, foi a percepção de que o momento era propício para finalizar o conflito existente entre o governo colombiano e as FARC-EP. A sociedade civil, assim como nas outras interações de negociação, participou do processo e, nesta última tentativa de conciliação, foi mais ativa e teve a sua voz ouvida mais do que em mais momentos. Porém, não foram encontradas evidências que demonstram que a sociedade civil tenha sido determinante para que as negociações resultassem no que viria a ser o *Acuerdo Final*. A assinatura do tratado que levou ao fim do conflito colombiano foi resultado dos interesses políticos e particulares relacionados com a realidade vivida pelos representantes das delegações governamentais e das FARC-EP.

Conclusão

Após a apresentação e desenvolvimento dos argumentos ao longo dos capítulos anteriores, pode-se inferir respostas para as perguntas de pesquisas apresentadas na introdução desta pesquisa. A participação da sociedade civil no processo de *peacebuilding* no conflito entre o governo colombiano e as FARC-EP se

deu de diversas formas, notoriamente exercendo as funções de proteção, *advocacy*, intermediação, coesão social construtiva e socialização. Essas atividades foram se dinamizando ao longo dos anos e conforme as possibilidades de participação foram se ampliando diante da modificação da estrutura social colombiana. Embora cada entidade que representasse uma minoria social tivesse seu interesse particular que atendesse suas necessidades, é certo dizer que todos os setores civis e organizações que participaram do processo de *peacebuilding* atuaram visando a construção de um processo de paz positiva que encerrasse um longo período de violência no país.

A hipótese apresentada, de que a participação da sociedade civil foi determinante para a assinatura do *Acuerdo Final* e subsequente fim do conflito entre o governo e as FARC-EP não encontrou respaldo nos documentos e textos analisados. Com uma análise dos argumentos apresentados à luz do construtivismo social voltado às Relações Internacionais, tornou-se claro que o processo negocial foi feito essencialmente somente entre às delegações em Havana e atendendo às necessidades dos que estavam ali presentes. Embora demonstrado que a sociedade civil tenha tido uma participação muito mais ativa e significativa neste momento, ainda assim ela não foi capaz de ser completamente ouvida e entendida em todas as suas manifestações e complexidades. A realidade socialmente construída, e a que foi transmitida para a sociedade civil, foi de que o conflito precisava ser encerrado dada a oportunidade que ali se encontrava. A participação da sociedade civil não influenciou diretamente nas motivações do governo colombiano e das FARC-EP em dialogarem e assinarem o *Acuerdo Final*, como foi proposto.

No entanto, torna-se importante ressaltar que a análise apresentada e a resposta da hipótese foram direcionadas por conta da bibliografia utilizada e da Teoria das Relações Internacionais escolhida. O viés aqui representado não compreende a totalidade da complexidade do caso e essa mesma hipótese pode apresentar diferentes resultados conforme a utilização de um novo marco teórico. Fica aberto para que este caso seja estudado por pesquisadores das Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz que tenham a participação da sociedade civil em processos de *peacebuilding* como linha de pesquisa para que o fenômeno aqui apresentado seja estudado por um outro olhar e que possa trazer novas perspectivas sobre a sociedade colombiana e demais casos similares.

Referências bibliográficas

BOUVIER, Virginia M. **Harbingers of Hope: Peace Initiatives in Colombia**. In: United States Institute of Peace Special Report 169, Jul 2006. 20 p. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/2006/08/harbingers-hope-peace-initiatives-colombia>>. Acesso em: 13 fev 2019;

COLÔMBIA. Acuerdo Final. **Acuerdo Final Para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera**. La Habana, 24 nov 2016. 310 p. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/24-1480106030.11-1480106030.2016nuevoacuerdofinal-1480106030.pdf>> . Acesso em 15 fev 2019;

ERLINGSSON, Maria. **Civil society and Peacebuilding in Colombia**. 2013. 64 p. Tese de Mestrado (Peace and Development Work). Linnaeus University, Suécia. Disponível em: <<https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:661142/FULLTEXT01.pdf>> Acesso em: 20 fev 2019;

ESTEVE, Maria; VARGAS, Natalia. **Por qué Colombia dijo No a la paz con las FARC**. Bogotá: Llorente & Cuenca, 2016. 14 p. Disponível em: <www.desarrollando-ideas.com/wp-content/uploads/sites/5/2016/161003_DI_plebiscito_Colombia_FARC_ESP.pdf>. Acesso em: 19 fev 2019;

FERNÁNDEZ, Carlos; GARCÍA-DURÁN, Mauricio; SARMIENTO, Fernando. Peace mobilization in colombia: 1978-2002. In: GARCIA-DURÁN, Mauricio. (Org.). **Alternatives to war: Colombia's peace processes**. London: Conciliation Resources, 2004. 108 p. Disponível em: <http://www.c-r.org/downloads/14_Colombia.pdf>. Acesso em: 18 fev 2019;

FUNDACIÓN PARA LA RECONCILIACIÓN. **Quiénes Somos**: Fundación para la Reconciliación. 2018. Disponível em: <<http://fundacionparalareconciliacion.org/quienes-somos-fpr/>>. Acesso em: 18 fev 2019;

FISCHER, Martina. Civil Society in Conflict Transformation: Strengths and Limitations. In: In B. Austin, M. Fischer, H.J. Giessmann (Org.) **Advancing Conflict Transformation**. The Berghof Handbook II. Opladen/Framington Hills: Barbara Budrich Publishers. 2011. p.288-313. Disponível em: < https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Handbook/Articles/fischer_cso_handbookII.pdf>. Acesso em: 17 fev 2019;

GALTUNG, Johan. **Theories of conflict**: definitions, dimensions, negations,

formations. University of Hawaii, 1973. 167 p. Disponível em: <https://www.transcend.org/files/Galtung_Book_Theories_Of_Conflict_single.pdf>. Acesso em: 13 fev 2019

_____. **Violence, peace and peace research.** Journal of Peace Research, Vol. 6, No 3, 1969, p. 167-191. Disponível em: <http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf>. Acesso em: 13 fev 2019

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Fernán E. The Colombian conflict in historical perspective. In: GARCIA-DURÁN, Mauricio. (Org.). **Alternatives to war: Colombia's peace processes.** London: Conciliation Resources, 2004. 108 p. Disponível em: <http://www.c-r.org/downloads/14_Colombia.pdf>. Acesso em: 18 fev 2019;

_____. **Poder y Violência en Colombia.** 1ª ed. Bogotá: Cinep, 2014. 583 p; INTERNATIONAL ALERT. **What is peacebuilding?** Disponível em: <<https://www.international-alert.org/what-we-do/what-is-peacebuilding>>. Acesso em: 13 fev 2019;

KLINE, Harvey F; GRAY, Vanessa Joan. Colombia: A resilient political system with intransigent problems. In: WIARDA, Howard J.; KLINE, Harvey F. (Org.). **Latin American politics and development.** 6ªed. Boulder: Westview, 2007. 610 p.

LAWLER, Peter. Peace Studies. In: WILLIAMS, Paul D (Org.). **Security studies: an introduction.** Ed. Routledge: New York, 2008. 576 p.

MCDONALD, Matt. Constructivism. In: WILLIAMS, Paul D (Org.). **Security studies: an introduction.** Ed. Routledge: New York, 2008. 576 p.

PAFFENHOLZ, Thania; SPURK, Christoph. **Civil Society, Civic Engagement, and Peacebuilding.** In: Social Development Papers - Conflict Prevention & Reconstruction. Paper No. 36/Out 2006. 54 p. Disponível em: <>. Acesso em: 12 fev 2019;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping:** Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. A/47/277. 17 jun 1992. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTCPR/Resources/WP36_web.pdf>. Acesso em 14 fev 2019;

ONUF, Nicholas Greenwood. **Making sense, making worlds:** constructivism in social theory and international relations. New York: Routledge, 2013. 257 p.

SANDOVAL, Ana María Bejarano. **Democracia y sociedad civil: una introducción teórica.** In: Análisis Político No.15 Jan/Abr 1992. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, Universidade Nacional de Colombia. 131 p;

SEGURA, Renata; MECHOULAN, Delphine. **Made in Havana: how Colombia and the FARC decided to end the war.** New York: International Peace Institute, 2017. Disponível em: <<https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2017/02/IPI-Rpt-Made-in-Havana.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2019;

SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H.; GREEN, James N. **Modern Latin America.** 7ª ed. New York: Oxford, 2010. 465 p

WANI, Hilal Ahmad. **Understanding conflict resolution.** In: International Journal of Humanities and Social Science. Vol.1, No.2, Fev 2011. p.104-111. Disponível em: <http://www.ijhssnet.com/journals/Vol._1_No._2;_February_2011/14.pdf>. Acesso em 14 fev 2019;

WANIS-ST. JOHN, Anthony; KEW, Darren. **Civil Society and Peace Negotiations: Confronting Exclusion.** International Negotiation 13, 2008. p.11-36. Disponível em: <<https://american.edu/sis/faculty/upload/Wanis-Civil-Society-and-Peace-Negotiations.pdf>>. Acesso em 14 fev 2019;

WENDT, Alexander. **Social theory of international relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 450 p.

_____. **The agent-structure problem in international relations theory.** International Organization, v. 41, n. 3, 1987, p. 341-342.

ZAMBRANO, Liliana; ISA, Felipe Gómez. **Participation of civil society in the Colombian peace process.** Norwegian Peacebuilding Resource Centre, Report, July 2013. p. 1-7. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/colombia%20peacebuilding.pdf>>. Acesso em: 14 fev 2019;